

EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR NA AUTARQUIA DE ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS (AESGA)

AESGA GARANHUNS (PE)

CONTADOR

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

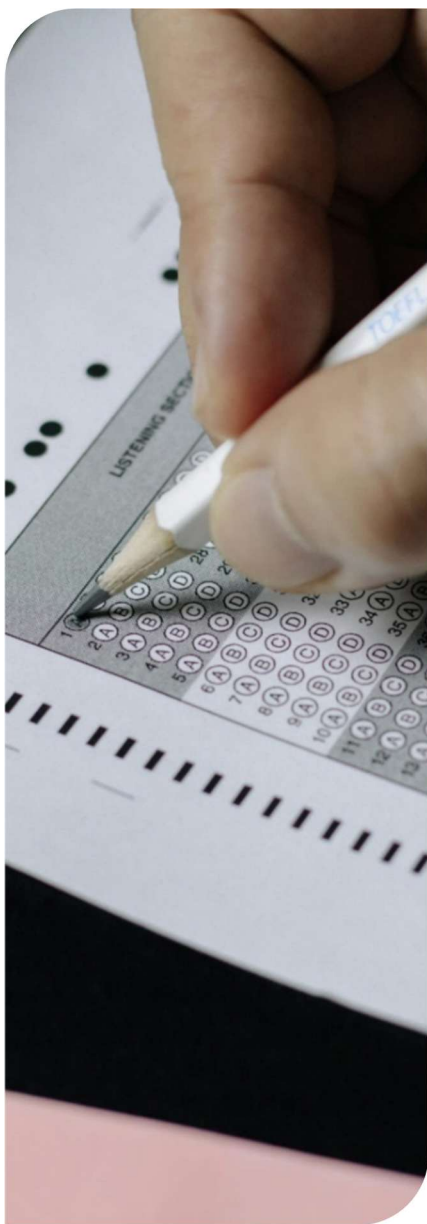
- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



Este caderno foi feito para ser útil — e reciclado. Descarte corretamente e ajude o planeta.

Conhecimentos Gerais

Questão 01

Os tipos textuais organizam-se conforme finalidades comunicativas específicas e apresentam estruturas próprias que permitem ao leitor reconhecer a intenção do autor. Considerando as características dos tipos textuais, é possível identificar, em cada um deles, elementos formais que os distinguem. Com base nisso, assinale a alternativa que corresponde corretamente à relação entre tipo textual e sua característica predominante:

- (A) Texto narrativo – caracteriza-se por expor conceitos de forma neutra, sem a intenção de persuadir, organizando-se por definição e enumeração.
- (B) Texto dissertativo – busca persuadir por meio da defesa de uma tese, utilizando argumentos e justificativas em sua estrutura.
- (C) Texto descritivo – apresenta enredo com ações encadeadas no tempo, personagens e conflito central.
- (D) Texto injuntivo – tem como finalidade principal relatar acontecimentos ficcionais ou reais, a partir de um narrador.

Questão 02

As regras de emprego da crase exigem análise sintática e semântica, considerando a presença simultânea da preposição "a" e do artigo feminino "a(s)" ou elementos equivalentes. Observe as afirmativas abaixo:

I. "Chegaremos à uma hora em ponto." – O uso da crase está correto, pois indica horário exato.

II. "O palestrante referiu-se à isso com clareza." – O uso da crase está correto, pois o verbo "referir-se" exige preposição.

III. "Fomos à praia no domingo, mas voltamos a pé." – Apenas o primeiro "à" está correto, pois indica destino; na expressão "a pé" não ocorre crase.

IV. "Ele age à moda de Machado de Assis ao escrever." – O uso da crase está correto, pois a locução "à moda de" pode estar explícita ou subentendida.

Assinale a alternativa que indica quais afirmativas são **VERDADEIRAS**:

- (A) I e II somente.
- (B) III e IV somente.
- (C) I, III e IV somente.
- (D) II e III somente.

Questão 03

Considerando as classificações das orações subordinadas substantivas, analise o período abaixo:

"É necessário que todos participem da reunião."

Assinale a alternativa que classifica **CORRETAMENTE** a oração subordinada acima.

- (A) Oração subordinada substantiva subjetiva, pois exerce a função de sujeito da oração principal, completando o predicado formado por verbo impessoal.
- (B) Oração subordinada substantiva predicativa, pois funciona como predicativo do sujeito da oração principal ligado pelo verbo "ser".
- (C) Oração subordinada substantiva completiva nominal, pois complementa o sentido de um substantivo abstrato que exige especificação semântica.
- (D) Oração subordinada substantiva objetiva indireta, pois completa o sentido de um verbo transitivo indireto exigindo preposição.

Questão 04

As orações coordenadas se caracterizam por apresentarem independência sintática, mesmo quando relacionadas semanticamente dentro do período composto.

Analise a coluna I, que apresenta tipos de orações coordenadas, e associe à coluna II, que apresenta suas respectivas características e/ou exemplos.

COLUNA I

- (1) Oração Coordenada Aditiva
- (2) Oração Coordenada Adversativa
- (3) Oração Coordenada Conclusiva
- (4) Oração Coordenada Assindética

COLUNA II

(A) Indica conclusão da ideia anterior, geralmente marcada por "portanto", "logo", "assim", "por conseguinte", entre outros.

(B) Apresenta relação de oposição entre as ideias, sendo expressa por "mas", "contudo", "porém", "entretanto", etc.

(C) Não apresenta conjunção explícita na ligação entre as orações, sendo a relação sugerida por pontuação, como vírgula.

(D) Indica soma ou continuidade da ideia, comumente introduzida por "e", "mas também", "nem", entre outros.

Assinale a alternativa que apresenta a associação **CORRETA**:

- (A) 1-B / 2-D / 3-C / 4-A.
- (B) 1-C / 2-A / 3-D / 4-B.
- (C) 1-D / 2-B / 3-A / 4-C.
- (D) 1-A / 2-C / 3-B / 4-D.

Questão 05

O ato administrativo possui elementos e atributos próprios do regime jurídico de direito público. Analise as afirmativas:

I. Competência é elemento vinculado; em regra, não pode ser afastada pela vontade do agente.

II. Finalidade corresponde ao interesse público definido no ordenamento e não se confunde com conveniência pessoal da autoridade.

III. Forma é o revestimento exterior do ato; sua inobservância, quando essencial, macula a validade do ato.

IV. Presunção de legitimidade e imperatividade são atributos que distinguem os atos administrativos, permitindo-lhes produzir efeitos e impor obrigações independentemente da anuência do particular.

Com base nos seus conhecimentos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Estão corretas apenas I, II e III.
- (B) Estão corretas apenas I e IV.
- (C) Estão corretas apenas II e IV.
- (D) Estão corretas I, II, III e IV.

Questão 06

No Estado X, a fiscalização ambiental interditou imediatamente um galpão contendo substâncias inflamáveis, diante de risco iminente. No mesmo período, o órgão encaminhou informações solicitadas pelo Parlamento estadual e pelo Tribunal de Contas, relativas a contratos de descarte de resíduos. Considerando os poderes administrativos e as formas de controle, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A interdição decorre do poder disciplinar, e o encaminhamento de informações ao Tribunal de Contas corresponde a controle judicial.
- (B) A interdição imediata traduz exercício do poder de polícia, com possibilidade de atuação autoexecutória em situação de urgência; o envio de informações ao Parlamento e ao Tribunal de Contas integra o controle legislativo externo, enquanto a revisão interna dos atos pelo próprio órgão caracteriza controle administrativo.
- (C) A interdição exige ordem judicial prévia, pois o poder de polícia não comporta execução direta; e o controle do Parlamento é administrativo.
- (D) O poder de polícia limita-se à edição de normas gerais, não alcançando medidas concretas como interdição; e o controle externo é privativo do Judiciário.

Questão 07

A organização administrativa brasileira combina centralização e descentralização para viabilizar o desempenho de funções estatais. Considerando os conceitos doutrinários de Administração direta e indireta e as características típicas das entidades que as compõem, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A criação de entidades da Administração indireta configura exemplo de desconcentração, pois não há transferência da execução de atividades a outras pessoas.

(B) A Administração indireta é composta por pessoas jurídicas vinculadas à Administração direta e submetidas a controle finalístico, abarcando autarquias e fundações de direito público, além de entidades de direito privado, todas com patrimônio próprio e capacidade de autoadministração.

(C) A Administração direta inclui, além dos entes federativos, as autarquias e fundações públicas, por serem instrumentos de desconcentração.

(D) Empresas públicas e sociedades de economia mista, por possuírem personalidade de direito privado, não integram a Administração Pública em sentido subjetivo.

Questão 08

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca da responsabilidade civil do Estado, especialmente quanto às hipóteses de ação e omissão do Poder Público, analise as assertivas a seguir e assinale "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas:

() Em regra, atos comissivos de agentes públicos que causem dano geram responsabilidade objetiva do Estado, bastando dano e nexo com a atuação administrativa.

() Nas omissões genéricas (dever geral de agir), prevalece a responsabilidade subjetiva, exigindo comprovação de culpa administrativa (falha do serviço).

() Em hipóteses de omissão específica (dever jurídico determinado de proteção), a doutrina admite tratamento mais gravoso ao Estado, podendo-se reconhecer responsabilidade objetiva.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V.
- (B) V, F, V.
- (C) V, V, F.
- (D) F, V, V.

Questão 09

A Constituição Federal de 1988 consolidou o regime jurídico dos servidores públicos dentro da lógica dos direitos fundamentais e dos princípios da Administração Pública. O servidor público é o agente que exerce função pública de natureza permanente, subordinado ao regime estatutário ou celetista, e sua atuação deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O tratamento constitucional visa equilibrar o interesse público e os direitos individuais do servidor, assegurando concurso público, remuneração legal, responsabilização e direito à greve. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

I. O ingresso em cargo público efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos

em comissão.

II. A remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos devem ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.

III. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo nas hipóteses constitucionais expressas e com compatibilidade de horários.

IV. A Constituição Federal assegura aos servidores públicos o direito de greve, conforme regulamentação legal específica.

Com base nos seus conhecimentos é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Apenas II e IV estão corretas.
- (B) I, II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas I e II estão corretas.

Questão 10

Os direitos e garantias fundamentais compõem o núcleo essencial da Constituição Federal, expressando valores supremos do Estado Democrático de Direito. Esses direitos vinculam diretamente os poderes públicos e irradiam eficácia sobre as relações privadas, assegurando proteção imediata à dignidade humana. Com base nesses preceitos constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O reconhecimento de novos direitos fundamentais exige emenda constitucional formalmente aprovada.
- (B) Os direitos fundamentais são normas de eficácia limitada, dependendo de lei complementar para terem aplicabilidade.
- (C) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, possuindo força normativa e eficácia plena, ainda que sua regulamentação legal seja posterior.
- (D) A proteção aos direitos fundamentais aplica-se exclusivamente nas relações verticais entre o cidadão e o Estado.

Questão 11

A Federação brasileira é uma forma de Estado caracterizada pela coexistência de entes autônomos, dotados de capacidade política, administrativa e financeira, dentro de um mesmo ordenamento constitucional. Essa estrutura, delineada no art. 1º e detalhada no art. 18 da Constituição Federal, garante a indissolubilidade da União, mas preserva a autonomia local, permitindo que cada ente exerça competências próprias, de modo harmônico e descentralizado. Com base nesses princípios constitucionais e na doutrina majoritária, analise as afirmativas abaixo e preencha as lacunas utilizando "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas:

☐ A República Federativa do Brasil é formada pela

união indissolúvel dos Estados, Municípios e Distrito Federal, sendo todos autônomos dentro dos limites constitucionais.

☐ O Distrito Federal exerce cumulativamente as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios, conforme a Constituição.

☐ A autonomia dos Municípios é plena, permitindo-lhes editar Constituição própria e instituir sistema de Justiça municipal.

☐ A criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios dependem de lei estadual, plebiscito e divulgação de estudos de viabilidade.

Assinale a alternativa que contém a ordem **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, V, F, V.

Questão 12

A Constituição Federal estabelece princípios que estruturam toda a atuação administrativa do Estado, conferindo legitimidade e juridicidade aos atos do Poder Público. Esses princípios impõem deveres de conduta e orientam a moralidade e a eficiência da gestão pública, atuando como limites à atuação estatal. Com base nesses fundamentos constitucionais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O princípio da legalidade permite ao administrador agir conforme sua conveniência, desde que não haja proibição expressa em lei.
- (B) O princípio da moralidade se confunde com a moral comum, bastando a boa-fé subjetiva do agente público para que o ato seja considerado legítimo.
- (C) O princípio da eficiência obriga a Administração Pública a buscar o melhor resultado possível na prestação do serviço público, mediante economicidade, qualidade e otimização de recursos.
- (D) O princípio da publicidade autoriza a divulgação de todos os atos administrativos, inclusive os sigilosos, quando o interesse público justificar.

Questão 13

A transparência pública é pilar da *accountability*, articulando-se com publicidade, participação e controle. Analise as assertivas abaixo e preencha as lacunas utilizando "V" para verdadeiras e "F" para as falsas:

☐ A transparência ativa implica divulgação espontânea de informações de interesse coletivo, enquanto a transparência passiva decorre de demanda do cidadão por informações específicas.

☐ Transparência eficaz requer dados completos, tempestivos e compreensíveis, permitindo reuso e controle social, mera sobrecarga de documentos opacos não satisfaz o dever de transparência.

() Por se vincular ao princípio da publicidade, a transparência substitui integralmente os mecanismos de controle e responsabilização, tornando desnecessárias outras formas de *accountability*.

Assinale a alternativa que contém a ordem **CORRETA**, de cima para baixo:

- (A) F, V, V.
- (B) F, F, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, F, V.

Questão 14

A literatura contemporânea de Administração Pública distingue governança, governabilidade e *accountability* como dimensões complementares para o desempenho estatal. Considerando essa tríade e sua relação com estruturas, processos e resultados, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Governança é apenas o conjunto de controles externos; governabilidade é a gestão de processos internos; *accountability* é a comunicação institucional, sem implicar responsabilização.
- (B) Governança e governabilidade são sinônimos, pois ambas tratam exclusivamente da capacidade do governante de aprovar leis no parlamento; *accountability* limita-se ao controle interno contábil-financeiro.
- (C) Governança refere-se aos arranjos institucionais, processos decisórios e mecanismos de coordenação que orientam a ação pública para resultados; governabilidade diz respeito às condições políticas e institucionais de exercício do poder (base de apoio, coalizões, capacidade normativa); e *accountability* compreende os deveres de prestar contas, ser transparente e sujeitar-se a controles e sanções.
- (D) Governança versa unicamente sobre tecnologia da informação; governabilidade é o planejamento estratégico; *accountability* é um princípio aplicável apenas ao Poder Executivo.

Questão 15

A Secretaria Municipal de Saúde implementou contrato de gestão por resultados com unidades básicas, prevendo metas de acesso oportuno, cobertura vacinal e controle de condições crônicas, com bonificação institucional condicionada ao cumprimento de metas e publicação trimestral de painéis de desempenho. Analise as afirmativas:

- I. A contratualização de metas com monitoramento, avaliação e divulgação de resultados é compatível com governança pública e *accountability*, sem afastar a supremacia do interesse público.
- II. A bonificação institucional, atrelada a indicadores de desempenho válidos e auditáveis, pode ser instrumento legítimo de incentivo à qualidade, desde que não comprometa a equidade e o acesso universal.

III. A adoção de metas dispensa a mensuração de efetividade (impacto em saúde), bastando medir produtividade (número de atendimentos).

IV. Por utilizar metas e bonificações, o modelo se torna idêntico à gestão privada, prescindindo de controles públicos e de participação social.

Estão **CORRETAS**:

- (A) I, III e IV apenas.
- (B) I, II e III apenas.
- (C) II, III e IV apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 16

A gestão por resultados no setor público combina foco em valor público, qualidade e atendimento ao cidadão (paradigma do cliente), com uso de metas e indicadores. Sobre seus elementos estruturantes, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A gestão por resultados requer metas claras e mensuráveis, indicadores de desempenho (eficiência, eficácia, efetividade), monitoramento e avaliação, e mecanismos de responsabilização pelos resultados, preservando a centralidade do interesse público e a qualidade percebida pelo usuário.
- (B) O paradigma do cliente autoriza a Administração a substituir o interesse público pela vontade imediata do usuário, eliminando a necessidade de avaliação técnica.
- (C) A gestão por resultados prescinde de indicadores de efetividade, pois a satisfação do usuário é critério suficiente para avaliar o valor público.
- (D) Excelência em serviços públicos é incompatível com metas numéricas, dado o caráter social das políticas públicas.

Questão 17

O servidor público estadual Renato, contador efetivo da Secretaria da Fazenda, foi convidado para assumir também um cargo de professor em uma universidade estadual. Antes de aceitar, buscou orientação no setor de pessoal.

Com base no Art. 104, incisos I e II, da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A acumulação somente seria possível se o cargo de professor fosse em instituição federal.
- (B) A acumulação é permitida, desde que haja compatibilidade de horários, por se tratar de um cargo técnico e outro de magistério.
- (C) A acumulação é livre, bastando autorização do secretário da pasta.
- (D) A acumulação é vedada em qualquer hipótese, independentemente da compatibilidade de horários.

Questão 18

Paula, servidora estadual aposentada por invalidez, recuperou a capacidade laborativa após tratamento médico e solicitou seu retorno ao serviço. O setor de pessoal analisou se o retorno seria por reversão ou aproveitamento.

Com base nos arts. 74 e 76 da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Paula poderá retornar ao serviço por meio de reversão, desde que, em inspeção médica, seja comprovada sua recuperação e exista vaga no mesmo cargo ou em outro compatível.
- (B) O retorno de Paula é vedado, uma vez que a aposentadoria por invalidez é definitiva.
- (C) Paula deverá ser aproveitada, independentemente de comprovação de capacidade física.
- (D) Paula só poderá retornar por nomeação em novo concurso público.

Questão 19

Durante uma auditoria contábil, um contador público causou prejuízo financeiro ao Estado ao registrar incorretamente uma despesa. A corregedoria instaurou sindicância e esclareceu quais tipos de responsabilidade poderiam recair sobre o servidor.

Com base no Art. 186 e parágrafo único da Lei Estadual nº 6.123/1968, avalie as afirmativas:

- ☐ O servidor responde civil, penal e administrativamente pelos atos praticados no exercício de suas funções.
- ☐ As esferas de responsabilidade são independentes, podendo o servidor ser punido em todas, se cabível.
- ☐ A responsabilidade administrativa exclui automaticamente a responsabilidade civil.

Assinale a sequência **CORRETA**:

- (A) F, F, V.
- (B) F, V, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, F, V.

Questão 20

Na Secretaria de Finanças do Estado, o contador chefe foi afastado por licença médica de 60 dias, e o servidor Cláudio foi designado para substituí-lo durante o período. O setor de pessoal questionou se ele teria direito a receber a remuneração da função substituída.

Com base nos arts. 78 a 80 da Lei Estadual nº 6.123/1968, associe corretamente os conceitos:

Termos:

1. Substituição eventual.
2. Substituição temporária em cargo em comissão de direção ou chefia.

3. Substituição temporária em função gratificada.

Conceitos:

- ☐ O substituto responde apenas pelo expediente, sem direito a qualquer vantagem financeira.
- ☐ O substituto fará jus à gratificação correspondente, se o afastamento do titular exceder 30 (trinta) dias.
- ☐ O substituto exerce interinamente o cargo ou função, durante afastamento legal do titular.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) 2, 3, 1.
- (B) 3, 2, 1.
- (C) 2, 1, 3.
- (D) 1, 2, 3.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

O reconhecimento da receita, segundo o regime de competência, deve ocorrer quando a entidade cumpre suas obrigações de desempenho perante o cliente, transferindo o controle do bem ou serviço. Isso significa que a receita é registrada quando ganha, e não necessariamente quando recebida. Acerca do regime de competência aplicado à receita, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- ☐ Uma empresa que vende mercadorias a prazo deve reconhecer a receita integralmente no momento da entrega do bem ao cliente, registrando o valor a receber no ativo circulante ou não circulante.
- ☐ Uma construtora que executa uma obra de longo prazo, com contrato estabelecendo medições mensais, deve reconhecer a receita proporcionalmente ao percentual da obra concluído em cada período (método da percentagem completada), desde que possa estimá-lo confiavelmente.
- ☐ Uma companhia aérea que vende passagens antecipadas deve reconhecer a receita no momento da venda da passagem, pois o recurso financeiro já ingressou em seu caixa.

☐ A receita de juros de mora cobrada sobre um título em atraso deve ser reconhecida apenas quando do efetivo recebimento do valor pelo credor.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, F, V.

Questão 22

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pode ser

elaborada utilizando o método direto ou o método indireto para apresentar os fluxos de caixa das atividades operacionais. Ambos os métodos chegam ao mesmo valor final para o caixa líquido gerado ou consumido nas operações, mas diferem na forma de apresentação. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** o método indireto de elaboração da DFC.

- (A) Calcula o fluxo de caixa operacional subtraindo as despesas operacionais pagas das receitas operacionais recebidas durante o período.
- (B) Inicia com o lucro líquido do exercício, ajustando-o pelos itens que afetaram o resultado, mas não tiveram efeito no caixa (como depreciação e variações nas contas patrimoniais operacionais).
- (C) Parte do saldo inicial de caixa e demonstra todas as entradas e saídas de caixa, classificadas por natureza, até chegar ao saldo final de caixa.
- (D) Apresenta as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos de caixa, como recebimentos de clientes e pagamentos a fornecedores e empregados.

Questão 23

A depreciação, a amortização e a exaustão são processos contábeis de alocação sistemática do custo de ativos de longa duração ao resultado dos períodos em que geram benefícios econômicos. Embora similares em sua finalidade, cada processo se aplica a um tipo específico de ativo. Assinale a alternativa que associa **CORRETAMENTE** o processo ao tipo de ativo correspondente.

- (A) Depreciação aplica-se a recursos naturais; Amortização aplica-se a bens tangíveis; Exaustão aplica-se a ativos intangíveis.
- (B) Depreciação aplica-se a ativos intangíveis; Amortização aplica-se a recursos naturais; Exaustão aplica-se a bens tangíveis.
- (C) Depreciação aplica-se a ativos imobilizados tangíveis (exceto terrenos); Amortização aplica-se a ativos intangíveis com vida útil definida; Exaustão aplica-se a ativos de recursos naturais esgotáveis.
- (D) Depreciação aplica-se a ativos financeiros; Amortização aplica-se a estoques; Exaustão aplica-se a investimentos permanentes.

Questão 24

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresenta o confronto entre as receitas e as despesas incorridas pela entidade durante um período, apurando o resultado líquido (lucro ou prejuízo). Sua estrutura dedutiva permite analisar a formação desse resultado em diferentes níveis. Assinale a alternativa que apresenta a ordem **CORRETA** de apuração dos resultados intermediários na estrutura da DRE.

- (A) Receita Bruta de Vendas (-) Deduções da Receita Bruta (=) Receita Líquida (-) Custo das Mercadorias Vendidas (=) Lucro Bruto (-) Despesas Operacionais (=) Lucro Operacional Antes do IR/CSLL.
- (B) Receita Bruta de Vendas (-) Custo das Mercadorias Vendidas (=) Lucro Bruto (-) Deduções da Receita Bruta (=) Receita Líquida (-) Despesas Operacionais (=) Lucro Operacional Antes do IR/CSLL.
- (C) Receita Líquida (-) Despesas Operacionais (=) Lucro Bruto (-) Deduções da Receita Bruta (=) Receita Bruta de Vendas (-) Custo das Mercadorias Vendidas (=) Lucro Operacional Antes do IR/CSLL.
- (D) Receita Bruta de Vendas (-) Despesas Operacionais (=) Lucro Operacional (-) Custo das Mercadorias Vendidas (=) Lucro Bruto (-) Deduções da Receita Bruta (=) Receita Líquida Antes do IR/CSLL.

Questão 25

A contabilidade lida com incertezas por meio do reconhecimento de provisões e da divulgação de passivos e ativos contingentes. A norma contábil estabelece critérios rigorosos para diferenciar essas situações. Considerando esses critérios, analise as afirmativas a seguir.

I. Uma provisão é reconhecida quando existe uma obrigação presente, a saída de recursos é provável e o valor pode ser estimado confiavelmente.

II. Um passivo contingente representa uma obrigação possível ou uma obrigação presente cuja saída de recursos não é provável ou cujo valor não pode ser estimado confiavelmente, devendo ser apenas divulgado.

III. Um ativo contingente representa um ativo possível decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de eventos futuros incertos, não devendo ser reconhecido, mas divulgado se a entrada de benefícios for provável.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I apenas.

Questão 26

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física. Para ser reconhecido, um ativo intangível deve ser identificável, controlado pela entidade e capaz de gerar benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) veda o reconhecimento de certos itens como ativo intangível. Considerando essas vedações, analise as afirmativas a seguir:

I. Gastos com treinamento de pessoal, embora possam gerar benefícios futuros, não são reconhecidos como ativo intangível devido à falta de controle da entidade

sobre os benefícios (empregados podem sair).

II. Marcas, logotipos, títulos de publicações e listas de clientes gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis, pois seus custos não podem ser separados dos custos de desenvolver o negócio como um todo.

III. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente pela entidade ao longo de sua operação não pode ser reconhecido como ativo intangível.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I apenas.

Questão 27

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial de uma entidade em determinada data, apresentando o conjunto de bens e direitos (Ativo), obrigações com terceiros (Passivo Exigível) e os recursos próprios (Patrimônio Líquido). A relação entre esses grupos é expressa pela equação fundamental do patrimônio. Acerca dessa equação e da representação patrimonial, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

☐ A equação fundamental do patrimônio estabelece que o total do Ativo é sempre igual à soma do Passivo Exigível com o Patrimônio Líquido ($A = P + PL$).

☐ O Ativo representa as aplicações de recursos da entidade, enquanto o Passivo Exigível e o Patrimônio Líquido representam as origens desses recursos (de terceiros e próprios, respectivamente).

☐ Uma situação em que o total do Ativo é inferior ao total do Passivo Exigível indica a existência de um Patrimônio Líquido negativo, denominado "Passivo a Descoberto".

☐ O Patrimônio Líquido pode ser definido como o conjunto de bens e direitos da entidade, deduzido das suas obrigações com terceiros, representando a riqueza líquida da organização.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, F, V.

Questão 28

As Reservas de Capital são contas do Patrimônio Líquido que registram valores recebidos pela entidade que não transitam pelo resultado, representando contribuições que reforçam sua estrutura de capital sem

serem contrapartida de receitas operacionais. A legislação societária define as rubricas que podem compor essas reservas. Considerando a natureza das Reservas de Capital, analise as afirmativas a seguir.

I. O ágio na emissão de ações, que é a diferença entre o preço de emissão e o valor nominal (ou o valor destinado ao capital social nas ações sem valor nominal), é classificado como Reserva de Capital.

II. O produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição, por representarem entradas de recursos sem contraprestação direta em bens ou serviços, compõem as Reservas de Capital.

III. Os valores recebidos a título de doações e subvenções governamentais para investimento, destinados a estimular a implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, são registrados como Reservas de Capital.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) II e III apenas.
- (D) I apenas.

Questão 29

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção ou na prestação de serviços. A correta mensuração e controle dos estoques são cruciais para a apuração do custo e do resultado. Assinale a alternativa que descreve corretamente um método de avaliação de estoques aceito pelas normas contábeis brasileiras para fins societários.

- (A) PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai) ou Custo Médio Ponderado Móvel.
- (B) Custo Específico ou Preço de Venda.
- (C) UEPS (Último que Entra, Primeiro que Sai).
- (D) Custo de Reposição ou Valor Realizável Líquido.

Questão 30

A Contabilidade é um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e social, quantitativas e qualitativas, com vistas a subsidiar o processo de tomada de decisão. Considerando o objetivo fundamental da informação contábil, assinale a alternativa que o descreve **CORRETAMENTE**.

- (A) Prover informação útil para a tomada de decisões pelos diversos usuários, sejam eles internos ou externos à entidade, sobre a situação patrimonial e o desempenho da organização.
- (B) Registrar todos os fatos administrativos ocorridos na entidade, independentemente de alterarem o patrimônio, para fins de controle gerencial e histórico.

- (C) Determinar o valor de mercado da entidade para potenciais investidores, focando exclusivamente na avaliação de seus ativos e passivos a valor justo.
- (D) Apurar a base de cálculo de todos os tributos devidos pela entidade, garantindo a conformidade fiscal perante os órgãos governamentais de arrecadação.

Questão 31

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é o relatório contábil que evidencia o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), sob o regime de competência. A correta classificação das transações como VPA ou VPD é crucial para a fidedignidade dessa demonstração. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) independente da execução orçamentária.

- (A) A incorporação de um bem imóvel ao patrimônio público por meio de desapropriação, registrada pelo valor de avaliação ou custo de aquisição.
- (B) A receita de impostos reconhecida pelo regime de competência, mesmo que ainda não arrecadada (crédito tributário a receber).
- (C) O reconhecimento da despesa com a depreciação de um veículo utilizado pela administração, calculada com base em sua vida útil estimada.
- (D) O recebimento de uma doação em dinheiro de uma entidade privada, devidamente depositada na conta única do tesouro.

Questão 32

A classificação da receita e da despesa pública por categoria econômica, conforme a Lei nº 4.320/1964, é fundamental para a análise macroeconômica e fiscal. Essa classificação distingue os recursos e gastos que afetam o patrimônio líquido de forma duradoura (Capital) daqueles ligados à manutenção da atividade (Correntes). Acerca dessa classificação, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- ☐ A arrecadação de impostos (como IPTU e ISS) e taxas (como a taxa de coleta de lixo) são classificadas como Receitas Correntes, pois representam as fontes primárias de financiamento das atividades governamentais.
- ☐ A aquisição de um imóvel para instalação de uma nova escola e a compra de equipamentos permanentes (computadores, móveis) são classificadas como Despesas de Capital, especificamente como Investimentos.
- ☐ O recebimento de recursos provenientes de uma operação de crédito (empréstimo) é classificado como Receita Corrente, pois aumenta a disponibilidade financeira imediata do ente público.
- ☐ O pagamento de juros da dívida pública é classificado como Despesa de Capital, pois está relacionado a uma obrigação de longo prazo, enquanto a

amortização do principal é Despesa Corrente.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, F, V, F.

Questão 33

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física, controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se esperam benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) estabelece critérios para seu reconhecimento e mensuração. Considerando as normas sobre ativos intangíveis, analise as afirmativas a seguir:

I. Um software desenvolvido internamente pela entidade só pode ser reconhecido como ativo intangível se, além de atender aos critérios gerais, a entidade puder demonstrar a viabilidade técnica de concluí-lo, a intenção de usá-lo ou vendê-lo, a capacidade de mensurar os gastos atribuíveis e como ele gerará benefícios futuros.

II. Marcas, títulos de publicações, listas de clientes e outros itens similares gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis, pois não podem ser distinguidos do custo de desenvolvimento do negócio como um todo.

III. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente pela entidade não deve ser reconhecido como ativo intangível, sendo reconhecido apenas o goodwill adquirido em uma combinação de negócios.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 34

O Balanço Patrimonial das entidades do setor público evidencia a situação patrimonial em determinado momento, sendo estruturado conforme as diretrizes do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). A correta classificação dos elementos patrimoniais é fundamental para a análise da demonstração. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** a classificação de um elemento no Balanço Patrimonial.

- (A) As provisões para contingências fiscais, mesmo que a saída de recursos seja considerada apenas possível, devem ser registradas no Passivo Circulante para atender ao princípio da prudência.
- (B) As obrigações decorrentes de Restos a Pagar Processados, por terem pagamento independente de autorização orçamentária, são classificadas integralmente no Passivo Não Circulante.
- (C) Os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, cuja expectativa de recebimento se estenda para além do término do exercício financeiro subsequente, devem ser classificados no Ativo Não Circulante.
- (D) Os bens móveis de uso comum do povo, como bancos de praças e postes de iluminação, por não gerarem fluxo de caixa, não são reconhecidos no Ativo, sendo controlados apenas em registros administrativos.

Questão 35

As provisões representam passivos de prazo ou valor incertos, reconhecidos no balanço patrimonial quando a entidade tem uma obrigação presente, provável saída de recursos e estimativa confiável. A constituição de provisões impacta o resultado do período. Considerando o reconhecimento de provisões, analise as afirmativas a seguir:

- I. A provisão para férias deve ser reconhecida mensalmente, à medida que os servidores adquirem o direito, registrando-se a despesa correspondente no resultado do período de competência.
- II. A provisão para pagamento de precatórios judiciais deve ser constituída quando o ente público é condenado em última instância e o valor é determinável, mesmo que o pagamento efetivo ocorra em exercícios futuros.
- III. Caso uma entidade pública seja acionada judicialmente e a avaliação dos assessores jurídicos indique que a probabilidade de perda é remota, ainda assim deve ser constituída uma provisão pelo valor mínimo estimado para atender ao princípio da prudência.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.

Questão 36

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que confronta as receitas orçamentárias previstas com as arrecadadas e as despesas orçamentárias fixadas com as executadas (empenhadas, liquidadas e pagas) durante o exercício financeiro, apurando o resultado orçamentário. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** o resultado evidenciado no Balanço Orçamentário.

- (A) O resultado financeiro do exercício, apurado pela diferença entre todos os ingressos de caixa (orçamentários e extraorçamentários) e todos os dispêndios de caixa.
- (B) O saldo patrimonial da entidade, representado pela diferença entre o Ativo total e o Passivo Exigível total ao final do exercício financeiro.
- (C) O resultado patrimonial (econômico) do exercício, calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas, sob o regime de competência.
- (D) O resultado orçamentário do exercício, que pode ser um superávit (receitas arrecadadas maiores que despesas empenhadas), déficit (despesas empenhadas maiores que receitas arrecadadas) ou equilíbrio.

Questão 37

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) busca padronizar e integrar as informações contábeis no Brasil, utilizando uma estrutura de classes que abrange as naturezas de informação patrimonial, orçamentária e de controle. A correta utilização do PCASP é obrigatória para todos os entes da Federação. Acerca da estrutura do PCASP, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- ☐ As classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP são destinadas ao registro das contas de natureza patrimonial, abrangendo o Ativo, o Passivo, o Patrimônio Líquido e as Variações Patrimoniais Diminutivas e Aumentativas.
- ☐ As classes 5 e 6 do PCASP registram a natureza orçamentária da informação, controlando a aprovação e a execução do planejamento e orçamento.
- ☐ As classes 7 e 8 do PCASP são destinadas aos controles específicos determinados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), como o controle de garantias e de atos potenciais, e sua utilização é facultativa para os municípios.
- ☐ A estrutura do PCASP até o 4º nível de contas (conta contábil) é padronizada nacionalmente, permitindo aos entes detalhamentos adicionais apenas a partir do 5º nível.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 38

O reconhecimento e a mensuração do ativo imobilizado no setor público devem seguir as diretrizes estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que se baseia nas normas contábeis. Diversos

gastos incorridos durante a aquisição ou construção de um imobilizado podem compor o seu custo inicial. Considerando as normas sobre o custo do ativo imobilizado, analise as afirmativas a seguir:

I. O custo de um item do ativo imobilizado compreende o seu preço de aquisição, acrescido dos impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, após dedução de descontos comerciais e abatimentos.

II. Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração devem ser incluídos no custo do ativo.

III. Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável (que demanda tempo substancial para ficar pronto) podem ser capitalizados como parte do custo desse ativo.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) II e III apenas.
- (B) I e III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II apenas.

Questão 39

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) informa sobre as alterações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa da entidade durante o período, classificadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) orienta a elaboração desta demonstração. Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de fluxo de caixa classificado como Atividade de Financiamento.

- (A) O pagamento em caixa a fornecedores pela aquisição de bens ou serviços utilizados nas atividades principais da entidade.
- (B) O pagamento em caixa de salários, vencimentos e benefícios aos servidores públicos e empregados da entidade.
- (C) O recebimento em caixa proveniente da emissão de títulos da dívida pública ou da contratação de empréstimos e financiamentos.
- (D) O recebimento em caixa de juros sobre aplicações financeiras mantidas pela entidade em instituições bancárias.

Questão 40

O Balanço Financeiro, demonstração exigida pela Lei nº 4.320/1964, evidencia a movimentação de caixa da entidade pública, confrontando todos os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, e mostrando a variação ocorrida nas disponibilidades financeiras. A análise de sua estrutura permite compreender a gestão do fluxo de caixa. Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** um componente da coluna "Ingressos Extraorçamentários"

do Balanço Financeiro.

- (A) A arrecadação de receitas orçamentárias de impostos, como o IPTU, dentro do exercício financeiro.
- (B) Os recursos provenientes da contratação de uma operação de crédito interna para financiar investimentos.
- (C) O recebimento de transferências correntes de capital oriundas de convênios firmados com a União.
- (D) O recebimento de valores a título de caução ou fiança em garantia de contratos administrativos.

Questão 41

A Lei nº 4.320/1964 conceitua Restos a Pagar como as despesas empenhadas mas não pagas até o encerramento do exercício financeiro (31 de dezembro), distinguindo-os em processados e não processados, conforme o estágio da despesa em que se encontram. Acerca dessa classificação, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

☐ São classificados como Restos a Pagar Processados aqueles cujo empenho já foi liquidado, ou seja, o direito adquirido pelo credor (entrega do bem ou prestação do serviço) já foi verificado pela administração.

☐ São classificados como Restos a Pagar Não Processados as despesas que foram apenas empenhadas, mas cuja fase de liquidação ainda não ocorreu até o final do exercício.

☐ Os Restos a Pagar Processados podem ser pagos no exercício seguinte porque a despesa já foi empenhada e liquidada no exercício de origem, de modo que seu pagamento nesse novo exercício configura apenas a quitação de obrigação já registrada como despesa orçamentária, dispensando novo empenho ou nova autorização orçamentária no orçamento subsequente.

☐ A inscrição de despesas em Restos a Pagar, tanto processados quanto não processados, pode ser realizada mesmo sem qualquer disponibilidade financeira, pois a Lei de Responsabilidade Fiscal não estabelece nenhuma exigência de caixa para a inscrição desses valores.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) V, V, V, F.
- (C) V, F, V, V.
- (D) F, V, F, V.

Questão 42

A realização da receita orçamentária pública segue um fluxo definido em lei, compreendendo estágios que vão desde a previsão até o efetivo ingresso dos recursos na conta única do tesouro. A Lei nº 4.320/1964 detalha

essas etapas. Assinale a alternativa que descreve corretamente o estágio da Arrecadação da receita pública.

- (A) É a transferência dos valores arrecadados pelos agentes ou bancos para a conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle dos recursos.
- (B) É o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável e calcula o montante do tributo devido.
- (C) É a entrega dos recursos devidos pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pela entidade pública.
- (D) É o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

Questão 43

O princípio da não afetação da receita, consagrado na Constituição Federal, veda, em regra, a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Contudo, a própria Constituição estabelece exceções a essa regra geral. Assinale a alternativa que apresenta uma destinação de recursos que constitui uma exceção permitida ao princípio da não afetação da receita de impostos.

- (A) A vinculação de toda a receita arrecadada com taxas à manutenção do serviço público específico e divisível que deu origem à sua cobrança.
- (B) A vinculação da receita de contribuições sociais, como a COFINS, exclusivamente ao pagamento de benefícios da seguridade social.
- (C) A repartição constitucional das receitas tributárias entre os entes federativos, como as transferências obrigatórias da União para Estados e Municípios.
- (D) A destinação de recursos provenientes de operações de crédito para o financiamento de despesas de custeio, como pagamento de pessoal.

Questão 44

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Um de seus mecanismos de controle mais importantes são os limites para a Despesa Total com Pessoal (DTP) em cada ente da Federação. A LRF define também limites intermediários para alertar os gestores. Assinale a alternativa que descreve corretamente o limite prudencial para a Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo Municipal.

- (A) O limite prudencial corresponde a 90% (noventa por cento) do limite máximo estabelecido para a DTP de todo o Município (incluindo o Legislativo).

- (B) O limite prudencial é igual ao limite máximo, sendo acionado apenas quando este último é efetivamente ultrapassado.
- (C) O limite prudencial é fixado anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), podendo variar a cada exercício.
- (D) O limite prudencial corresponde a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo estabelecido para a DTP do Poder Executivo Municipal.

Questão 45

Os créditos adicionais são autorizações para realização de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual, classificando-se em suplementares, especiais e extraordinários, conforme a Lei nº 4.320/1964. A abertura desses créditos depende de requisitos específicos, incluindo a indicação da fonte de recursos para sua cobertura. Considerando as fontes de recursos para abertura de créditos adicionais, analise as afirmativas a seguir.

I. O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior pode ser utilizado como fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais.

II. Os recursos provenientes de excesso de arrecadação, apurado pela diferença positiva entre a receita arrecadada e a prevista, podem ser utilizados para cobrir créditos suplementares e especiais.

III. Os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei, podem ser utilizados como fonte para créditos suplementares e especiais.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III apenas.

Questão 46

A Lei Municipal nº 2.836/1997 promoveu uma alteração legislativa referente ao regime jurídico dos servidores municipais de Garanhuns. Sobre o disposto nesta lei, analise as afirmativas a seguir.

I. A lei alterou o Artigo 8º da Lei Municipal Nº 2.642, de 26 de abril de 1993.

II. Foi adaptada ao Município de Garanhuns a Lei Nº 6.123/1968, o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco.

III. A adoção do estatuto estadual foi definitiva, revogando a necessidade de um estatuto próprio municipal.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) II e III apenas.

(C) I e II apenas.

(D) I, II e III.

Questão 47

A Lei Municipal nº 2.174/1995 promoveu uma reestruturação na autarquia de ensino municipal. Qual foi a principal alteração determinada por esta lei?

- (A) Estabeleceu que a AESGA teria autonomia financeira e administrativa, mas sua autonomia didática seria regida pelo Estado.
- (B) Extinguiu a FAGA e transferiu seu patrimônio diretamente para a Prefeitura Municipal de Garanhuns.
- (C) Determinou que o Diretor-Presidente da nova AESGA seria eleito pelo corpo docente, com mandato de quatro anos.
- (D) Transformou a Autarquia Municipal Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA) na Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA).

Questão 48

A Lei Municipal nº 1.698/1976 foi responsável pela criação da "Autarquia Municipal Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns". De acordo com este dispositivo legal, assinale a alternativa **CORRETA** sobre sua criação e patrimônio.

- (A) O acervo da Biblioteca Luiz Brasil foi definido como patrimônio da Autarquia.
- (B) Foi estabelecido que o Prefeito designaria um Coordenador para organizar a Autarquia por um período máximo de dois anos.
- (C) A lei determinou que a Autarquia deveria funcionar com recursos exclusivos da Prefeitura, vedando doações privadas.
- (D) A lei criou a Autarquia já como uma federação de escolas, incorporando outros estabelecimentos da localidade.

Questão 49

A Lei Municipal nº 3.445/2006 estabelece o Conselho Fiscal como órgão de acompanhamento e fiscalização econômico-financeira da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA). Sobre sua composição e funcionamento, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

☐ Os membros do Conselho Fiscal podem acumular função no Conselho de Administração para otimizar a fiscalização.

☐ O Conselho Fiscal é composto, entre outros, por um representante do Poder Executivo e um representante do Poder Legislativo.

☐ O Presidente do Conselho Fiscal é nomeado diretamente pelo Presidente da AESGA, assim como os demais membros.

☐ Compete ao Conselho Fiscal requisitar e examinar, a qualquer tempo, documentos e livros relacionados com a administração orçamentária ou financeira da Autarquia.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA** dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, V, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) F, V, F, V.

Questão 50

A Lei Municipal nº 3.445/2006 detalha a organização da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA). No que tange aos seus recursos financeiros, assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** uma das fontes previstas na lei.

- (A) Distribuição de lucros ou participação nos resultados financeiros da autarquia.
- (B) Saldos de exercícios financeiros, desde que aprovados pelo Conselho Fiscal para este fim.
- (C) Dotações que lhe forem atribuídas no orçamento da União, Estados e de outros Municípios.
- (D) Rendas de aplicação de bens patrimoniais, listados como a única fonte de recurso próprio.

AVALIAÇÃO DISCURSIVA PARA O CARGO DE CONTADOR (AESGA)

A questão deverá ser respondida conforme o item 1.2.2 e o Capítulo 8 – Avaliação Discursiva do edital da AESGA. A prova discursiva, nos termos do item 8.2, conterá 1 (uma) questão em formato de estudo de caso, com tema do bloco de Conhecimentos Específicos de Contador (Anexo II), valendo até 40 pontos. Nos termos do item 8.7, a resposta deve conter entre 20 e 30 linhas.

TEXTO DE REFERÊNCIA:

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 1º - Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º - A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

ESTUDO DE CASO E QUESTÃO:

Analise a seguinte situação:

O órgão público promoveu a ampliação de seu quadro de pessoal mediante contratações temporárias realizadas sem processo seletivo público, com fixação arbitrária de vagas e ausência de comprovação de excepcional interesse público, em afronta ao art. 37, IX, da Constituição. Constatou-se que as atividades desempenhadas possuem natureza permanente e típica de cargos efetivos, cujo provimento exige concurso público, evidenciando desvio da finalidade da contratação temporária. Verificou-se, ainda, que tais admissões elevaram a despesa total com pessoal em 33% acima do limite prudencial, em violação aos limites da Lei Complementar nº 101/2000, além de não estarem previstas na Lei Orçamentária Anual, configurando irregularidade orçamentário-fiscal.

Responda à questão a seguir:

Com base nos conhecimentos de Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e nas disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), identifique as **irregularidades** praticadas pelo órgão público na situação apresentada. Em seguida, proponha **medidas de prevenção e correção** capazes de **evitar** a reincidência dessas condutas.

ESPAÇO PARA RASCUNHO – NÃO DESTAQUE – CARGO: CONTADOR (AESGA)

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30